

As bases de uma teoria da personalidade em György Lukács

Petrus Alves Freitas¹

Resumo

O presente trabalho propõe uma leitura materialista da subjetividade humana a partir da obra *Para uma Ontologia do Ser Social*, de György Lukács, buscando apresentar uma teoria da personalidade ancorada na categoria do trabalho. Para Lukács, o trabalho é o fundamento ontológico do ser social, e, a partir dele, torna-se possível compreender o surgimento do indivíduo e da personalidade humana como categoria social. Argumentamos que o ser humano não nasce indivíduo nem personalidade por natureza, rejeitando concepções essencialistas ou naturalistas. Em vez disso, a individualidade e a personalidade se desenvolvem historicamente, com base em processos sociais e práticos. Assim, resgatamos em Lukács uma ontologia da subjetividade fundada nos escritos de juventude de Marx. A exposição está organizada em quatro partes: os fundamentos ontológicos do ser social; a separação entre os momentos unitários do trabalho e sua relação com a formação da personalidade; o desenvolvimento simultâneo do indivíduo e da socialidade; e, por fim, a discussão sobre a genericidade e sua superação. Em suma, defendemos que a personalidade humana só pode ser compreendida plenamente como uma construção social e histórica.

Palavras-chave: Trabalho, subjetividade, personalidade, ontologia, ser social.

Abstract

This paper proposes a materialist reading of human subjectivity based on *Ontology of Social Being* by György Lukács, aiming to present a theory of personality grounded in the category of labor. For Lukács, labor is the ontological foundation of social being, and from it emerges the possibility of understanding the development of the individual and human personality as a social category. We argue that the human being is not born an individual or a personality by nature, rejecting essentialist or naturalistic conceptions. Instead, individuality and personality develop historically, grounded in social and practical processes. Thus, we recover in Lukács an ontology of subjectivity rooted in Marx's early writings. The exposition is organized into four parts: the ontological foundations of social being; the separation between the unitary moments of labor and their relation to the formation of personality; the simultaneous development of the individual and sociality; and finally, the discussion on generic being and its transcendence. In short, we argue that human personality can only be fully understood as a social and historical construction.

Keywords: Labor, subjectivity, personality, ontology, social being.

Introdução

A exposição sobre uma teoria da personalidade, possível em György Lukács (2010a; 2012; 2013), representa um suporte materialista para a compreensão da

¹ Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e pesquisador associado do NIEP-Marx.

subjetividade humana. E essa análise não poderia começar de maneira diferente senão pela análise da categoria do trabalho² (e da linguagem)³, pois este complexo, fundante do ser social, constitui a gênese do desenvolvimento da personalidade humana no filósofo magiar. O que deve ser evidenciado, no decorrer das linhas a seguir, é como o trabalho contribui para o surgimento do *indivíduo* e do *gênero humano*.

As considerações que iremos tecer sobre as categorias fundamentais do ser social não pretendem dar conta de toda a argumentação do autor. Jamais seria possível expor com profundidade a complexidade da obra de Lukács que, nesse primeiro momento nos serve de base para essa exposição. Apenas tentaremos demonstrar que somente com o surgimento do ser social é que se torna possível a formação do indivíduo singular, e, a partir dele, a formação do sujeito enquanto personalidade, a qual, ao menos como possibilidade latente, se têm condições de explicitação da personalidade genuinamente humana. Em poucas palavras: o ser humano não se torna imediatamente indivíduo por natureza (como na doutrina do direito natural), menos ainda se torna personalidade, por esse motivo, buscamos as bases ontológicas do indivíduo e da personalidade no interior da obra *Para uma Ontologia do Ser Social* de Lukács, isto é, as bases da imanência da subjetividade sob a perspectiva materialista, nos descolando do mecanicismo do marxismo vulgar⁴, sobretudo o do período stalinista⁵.

Esperamos demonstrar que tais desenvolvimentos seriam inviáveis sem a compreensão da personalidade humana como uma categoria social. Para tanto, este trabalho foi estruturado da seguinte forma: 1) uma breve exposição sobre os fundamentos ontológicos do ser social como pressuposto para o surgimento, desenvolvimento e explicitação da personalidade humana; 2) uma apresentação sucinta sobre a separação

² Embora Lukács inicie sua análise das origens do ser social pela abstração da categoria do trabalho, uma pequena ressalva deve ser feita. Como o próprio autor observou, todo ser tem caráter de complexo, por isso, nenhuma categoria pode ser compreendida de maneira isolada, isto é, elas “só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição global do nível do ser de que se trata” (LUKÁCS, 2013, p. 41); em sua totalidade, caso contrário, corremos o risco de cair em manipulações fetichizadoras da realidade.

³ É importante também demarcar que o surgimento do trabalho e da linguagem, para o ser social, são simultâneos, mas o trabalho assume a *prioridade ontológica*, isto é, sem ele a linguagem jamais poderia existir, sem que, com isso, haja uma hierarquia de valor entre elas (LUKÁCS, 2013, p. 117).

⁴ Esse tema se apresenta sempre tão caro ao marxismo, acusado de ter negligenciado o elemento subjetivo. Na presente nota tentaremos reunir algumas obras que demonstram que o marxismo se debruçou e ainda se debruça sobre a temática da subjetividade humana, ver: MARTINS (2017); COSTA (2017; 2015); TERTULIAN (2004); OLDINI (2020); SILVEIRA & DORAY (1989).

⁵ Lukács, em “Carta sobre o Stalinismo”, traçou alguns comentários sobre a deformação do marxismo, atribuindo responsabilidade a Stalin (LUKÁCS, 1977). Vale indicar também “Meu caminho para Marx”, texto em que nosso autor demonstra sua trajetória na superação dos idealismos filosóficos os quais esteve vinculado (LUKÁCS, 2010b).

realizada por Lukács entre estes dois momentos unitários do trabalho, sem a qual não pode ser devidamente entendida o nascimento da personalidade a partir da *alienação* do sujeito que trabalha; 3) uma demonstração sintética do processo simultâneo de desenvolvimento da socialidade e do desenvolvimento do indivíduo, processos indispensáveis para o surgimento da personalidade; e, por fim, 4) um apresentação geral da problemática da genericidade em si e sua ultrapassagem pela genericidade para si, bem como a correspondência dessa ultrapassagem com a superação da personalidade particular pela personalidade não mais particular.

1. Trabalho e ser social: os fundamentos da personalidade humana

Lukács reconheceu em Engels o mérito de ter atribuído ao trabalho um papel fundamental no processo de humanização do ser humano. Em suas obras *A dialética da natureza e A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels (1980; 2000) soube atribuir ao trabalho um significado que vai além da mera produção de riqueza material (ENGELS, 2000, p. 215). Esse entendimento do trabalho como elemento central da constituição do ser humano esteve presente de forma constante tanto nos escritos de Engels quanto nos de Marx. Em *O capital*, por exemplo, Marx destaca o papel do trabalho na autoprodução do ser humano, ao mesmo tempo em que realiza uma crítica contundente à sua forma capitalista — o trabalho assalariado. Para ambos os autores, o trabalho é, acima de tudo, uma autoatividade humana, responsável por estabelecer uma separação decisiva entre o ser natural e o ser social. Por isso, Lukács pôde afirmar, com razão, que o trabalho é tanto o “fenômeno originário” quanto o “modelo da práxis social”, uma vez que essa categoria contém, ainda que de forma embrionária, “todas as determinações que constituem a essência do novo ser” (LUKÁCS, 2013, p. 44).

O trabalho é a atividade humanamente determinada que produz, ao final de um processo, um objeto útil à satisfação de uma necessidade humana, caracterizando-se, portanto, como a mediação necessária entre o metabolismo entre ser humano e natureza: “um processo em que o homem, por sua própria ação, [medeia], regula e controla seu metabolismo com a Natureza.” (MARX, 1996, p. 297). É por meio deste ato que o ser humano emerge da natureza, produzindo o necessário para manter-se vivo e, após este momento, desenvolve-se cada vez mais suas potencialidades, dominando a natureza e, em consequência disso, transformando o seu próprio devir humano. Por esse motivo Marx considerou o trabalho como “condição natural eterna da vida humana” (MARX, 1996, p.

303), atividade mediadora indispensável que possibilita a manutenção e reprodução da vida humana e da sociedade⁶. Com a divisão do trabalho, que começa nas primeiras formas de cooperação, não só a consciência, mas os sentidos do novo ser também se diferenciam dos sentidos animais, por mais aguçados que estes últimos sejam⁷ (LUKÁCS, 2013, p. 63). Os elementos naturais devem necessariamente dar lugar aos elementos cada vez mais sociais, cada vez mais mediados. Este processo demarca que o ser humano está estabelecido como ser distinto do ser natural, suas determinações já deixaram de ser puramente naturais (LUKÁCS, 2013, p. 130). O trabalho, desse modo, representa o *salto* ontologicamente necessário da lenta transição de um ser para outro.

A causalidade, junto com a teleologia, forma o par dialético do pôr do trabalho. Ela é uma categoria igualmente importante para a análise de Lukács do trabalho, pois ele tem seu início em um ato teleológico que transforma a *causalidade dada* pela natureza em *causalidade posta*. Os dois opostos, portanto, teleologia e causalidade, são categorias constituintes da própria realidade concreta. Somente a partir da dialética materialista é que podemos compreender a coexistência necessária entre esse par dialético, porque a interioridade, para o materialismo, é apenas reconhecida no trabalho, isto é, para Marx, não há teleologia fora da práxis humana do trabalho. Esta é a característica fundamental da teleologia, ela só pode existir enquanto pôr, ato real, concreto, mas sem nos esquecermos que qualquer trabalho seria irrealizável sem a sua ideação prévia.

Enquanto teleologia, o trabalho age sobre *séries causais*, e com o movimento dessa causalidade posta, na própria realidade, tem-se o necessário para criar algo inteiramente novo, a partir da transformação da causalidade natural: “o homem que trabalha pode inserir as propriedades da natureza, as leis de seu movimento, em combinações completamente novas e atribuir-lhes funções e modos de operar completamente novos” (LUKÁCS, 2013, p. 55).

⁶ Existe, desse modo, uma radical distinção entre ser natural e ser social, nascente do trabalho, conforme nos apresenta Lukács. Seguindo suas indicações, as quais partem dos avanços da ciência, especialmente da biologia e de seus vários ramos, podemos compreender, já muito bem delineados, os processos de gênese dos seres orgânicos a partir dos inorgânicos. Mesmo com algumas divergências internas, podemos dizer com segurança, que a origem da vida a partir da matéria inorgânica é um consenso entre os cientistas (LAZCANO, 2012; OPARIN, 1924). Assim, a emergência do ser social está ancorada na constituição do ser orgânico e, este último, sob a base da existência da natureza inorgânica, sendo esta pressuposta transformação do ser biológico em ser social.

⁷ O exemplo da águia citado por Engels ilustra bem essa diferença, a visão humana passa a captar propriedades das coisas que os outros animais só poderiam captar com a ajuda de outros sentidos: “A águia vê muito mais longe que o homem, mas o olho do homem vê muito mais nas coisas que o olho da águia” (ENGELS, 2000. p. 219). A transformação dos sentidos em sentidos humanos, expressa todo o trabalho da história do homem até a atualidade.

Tendo a natureza como meio e o trabalho como fim, o ser humano produz um valor de uso, e esse processo exige o “conhecimento correto dos nexos causais heterogêneos da realidade”. Caso esse conhecimento não seja adequado, jamais o trabalho poderá chegar ao seu fim posto, se reduzindo a um fato impotente, existente apenas na consciência. Este é o sentido ontológico do pôr, um pôr que não é efetivado, que permanece apenas como uma ideia. Os pores, portanto, formam o fundamento das tomadas de posição na realidade concreta, momento exigido pelo ato do trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 55). Tentaremos aclarar melhor este aspecto. Sabemos que as categorias aqui mencionadas se encontram em níveis consideráveis de abstração e o caminho para a sua concreção será realizado de maneira paulatina. Entretanto, devemos apontar, já nesse momento, após a generalização dos elementos que surgem com trabalho, na vida cotidiana mesmo, indivíduos singulares operam tais elementos, a partir de seus pores. O produto de suas ações efetiva-se de maneira aparentemente casual, porque as séries causais se entrelaçam com os pores de outros indivíduos singulares, gerando resultados que jamais podem ser previstos por quem agiu, na maioria das vezes esses resultados são radicalmente opostos às finalidades os motivaram. O que queremos dizer com isso é que, na totalidade social, é impossível conhecer os efeitos exatos das causalidades postas. Somente a partir desse entendimento é que podemos avançar na exposição das bases ontológicas da personalidade [*persoenlichkeit*], pois não há como conceber o caráter consciente também para a sociedade. A generalização do elemento consciente para a sociedade incorre em falsas interpretações da realidade social. Disso decorre, por exemplo, que todas as escolhas conscientes poderiam resultar na finalidade prévia do pôr de maneira imediata, sem o entrelaçamento dos pores de outros indivíduos, causando péssimas consequências para uma apreensão ontológica da personalidade.

Ademais, com a diferenciação entre pôr dos fins e a investigação dos meios, no interior do processo de trabalho, Lukács consegue aprofundar na análise da insuperável conexão entre teleologia e causalidade, pois, com a investigação dos meios, toda “realização do pôr do fim não pode deixar de implicar um conhecimento objetivo da gênese causal das objetividades e dos processos cujo andamento pode levar a alcançar o fim posto”. Essa investigação tem dupla função: de um lado, evidencia as leis que regem os objetos, independente da consciência que se tem delas; e, por outro lado, descobre nessas leis as devidas conexões, relações interações, bem como as possibilidades que o

movimento do pôr do fim tonam executáveis. Assim, a ação humana tem de ser *adequadamente orientada* para que seja possível a execução do pôr do fim.

O ato trabalho, portanto, além de criar um objeto novo, necessita criar um conhecimento acerca do objeto trabalhado, acerca de como ele será executado. Tomemos a produção de uma arma primitiva: “quando o homem das origens escolhe uma pedra para usá-la, por exemplo, como machado, deve reconhecer corretamente esse nexos entre as propriedades da pedra” – recordando a não intencionalidade da natureza em fornecer a pedra – “e a sua respectiva possibilidade de utilização concreta” (LUKÁCS, 2013, p. 54). Com o conhecimento adquirido após a investigação das propriedades e possibilidades inerentes ao objeto natural (a pedra), as leis da natureza que regiam este objeto tornaram-se postas, isto é, foram subordinadas à vontade humana, ao pôr, teleologicamente. Este aspecto evidencia o caráter de mediação do trabalho: “é a mediação da sua subordinação ao pôr teleológico determinante, mediante o qual, ao mesmo tempo que se realiza um entrelaçamento posto de causalidade e teleologia, tem-se um objeto, um processo etc. unitariamente homogêneo” (LUKÁCS, 2013, p. 54). Dessa forma, no produto, a natureza e o trabalho chegam em seu em si homogêneos de seus elementos heterogêneos⁸.

O trabalho, por essas exigências tão importantes (como o conhecimento dos objetos e das leis que o regem) serve de modelo para a compreensão de outros pores teleológicos mais complexos que dele se desenrolam. Podemos visualizar que a gênese de toda a ciência já está presente na investigação dos meios. Com essa ininterrupta produção de algo novo (objeto), distinto da natureza, seus resultados são fixados continuamente pela experiência, o que possibilita desenvolvimentos ulteriores da preparação dos meios. É por esse motivo “que o conhecimento mais adequado que fundamenta os meios (ferramentas etc.) é, muitas vezes, para o ser social, mais importante do que a satisfação daquela necessidade (pôr do fim)” (LUKÁCS, 2013, p. 57).

Com essa passagem Lukács pretende evidenciar que os meios se tornam o momento predominantes desta relação. Marx reconheceu que os meios de trabalho “não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha” (MARX, 1996, p. 299). Nos importa destacar que, como ato do trabalho, precedido na consciência, o ser social

⁸ Basta recorreremos a outro exemplo banal, como a preparação de um bolo, em que os elementos (“natureza”) como ovos, óleo vegetal, farinha de trigo, açúcar, fermento etc., em si, heterogêneos, ao final do processo de mistura (“trabalho”), formam uma massa de meios homogêneos. E todo esse processo pressupôs um conhecimento acerca da sua realização.

transforma a causalidade dada em causalidade posta, fato que exige a apreensão adequada do material trabalhado, para a sua execução plena, homogeneizando os elementos heterogêneos, fins e meios, produzindo um valor de uso capaz de satisfazer uma necessidade.

Feito esse destaque, precisamos demonstrar que a consciência assume um papel decisivo na análise do trabalho, e este papel não pode ser reduzido a um reflexo mecânico das determinações materiais. Seu papel ativo pode ser verificado no *espelhamento* “mais exato possível da realidade considerada”, além, é claro, com o pôr de cadeias causais imprescindíveis para o trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 64). O ser social, desse modo, precisa espelhar a realidade na consciência, separando o ser humano do mundo externo, ou seja, fazendo um “distanciamento que se manifesta claramente na confrontação entre sujeito e objeto”. Assim, a realidade deve ser reproduzida no espelhamento, mas essa reprodução não é a realidade mesma, é uma realidade do pensamento, o nascimento de uma nova objetividade: “não é possível que a reprodução seja semelhante àquilo que ela reproduz e muito menos idêntica a isso” (LUKÁCS, 2013, p. 66). É supérfluo dizer que com esse distanciamento surge a possibilidade também da apreensão incorreta da realidade.

No espelhamento, o ser humano deixa o mundo natural e cria a cisão tão necessária entre *sujeito* e *objeto*. Esse espelhamento é o distanciar-se da realidade com o intuito de perceber o objeto como algo distinto do sujeito, isto é, o sujeito percebe o objeto como ser objetivo, existente independentemente da sua consciência, possibilitando a sua apreensão em si. É evidente que em nossa exposição, este processo já estava pressuposto, porém, o seu tratamento só pôde aparecer nesse momento, porque a objetividade do espelhamento está diretamente relacionada com a recém exposta execução dos fins dos meios, isto é, o comportamento do sujeito que executa determinado trabalho deve ser adequado para se obter êxito; para isso é necessário que o espelhamento seja objetivo, suprimindo os sentimentos e emoções do sujeito. Trata-se da já referida dominação consciente da subjetividade no trabalho. Em um espelhamento, portanto, o sujeito deve apreender na consciência a causalidade natural: aquilo que há de concreto na realidade, deixando de lado seus sentimentos e emoções, para distinguir o certo do errado para o pôr do fim (LUKÁCS, 2013, p. 79).

A nascente relação entre sujeito e objeto no espelhamento implica uma apreensão conceitual dos fenômenos da realidade, bem como sua expressão também correta através da linguagem (LUKÁCS, 2013, p. 84). A separação entre sujeito e objeto “cria

imediatamente uma base intransponível, dotada de vida própria, do ser social dos homens: a linguagem” (LUKÁCS, 2013, p. 127). Conforme Engels observou, a linguagem surge porque os seres humanos “em formação atingiram um ponto em que *tinham alguma coisa a dizer uns aos outros*” (ENGELS, 2000, p. 217-218). Assim, ela tem origem na necessidade, na divisão do trabalho, porque os sujeitos que trabalhavam em cooperação precisavam se comunicar sobre diversos aspectos do trabalho. A linguagem também é imprescindível para efetivar a separação entre sujeito e objeto, para a distância necessária para uma “diferenciação sempre crescente”, cada vez mais mediada entre a consciência dos sujeitos e os objetos, proporcionando a sua conceituação (teoria): “só o distanciamento intelectual dos objetos por meio da linguagem é capaz de fazer com que o distanciamento real que surgiu no trabalho seja comunicável e fixado como patrimônio comum da sociedade” (LUKÁCS, 2013, p. 128).

Já nos primórdios do trabalho “quando o homem primitivo escolhe o conjunto de pedras, uma lhe parece mais adequada aos seus fins e deixa outra de lado, é óbvio que se trata de uma escolha, de uma alternativa” (LUKÁCS, 2013, p. 70). Neste aspecto, o sujeito que trabalha apreendeu, ainda que de maneira incipiente, conceitualmente as possibilidades latentes do objeto. O ato da escolha daquela pedra demonstra que todo e qualquer pôr teleológico tem o caráter de alternativa. Então, já no escolher desta pedra e não daquela outra, para confecção de um machado, por exemplo, o sujeito realiza uma escolha alternativa. Vale lembrar que a natureza não designou nenhum valor de uso à pedra; para que ela seja usada, prescindiu-se o espelhamento da realidade, na consciência, e o reconhecimento das propriedades inerentes da pedra, o que resultou em sua escolha adequada para uso.

Segundo Lukács, trata-se de uma dupla alternativa: a primeira diz respeito à pergunta “é certo ou errado escolher tal pedra para determinado fim?”; e, a segunda, se “o fim posto é certo ou errado?”, ou seja, o que justificaria a escolha dessa pedra e não daquela. Essa escolha partiu do espelhamento adequado da realidade, necessário para a execução do pôr. À medida que se desenvolve o processo de trabalho, quanto mais complexo se torna este processo, mais se demonstra o caráter alternativo do pôr, já que os instrumentos de trabalho são constantemente aperfeiçoados, isto é, submetidos a um “ulterior processo de elaboração”. Assim, “não se trata apenas de um único ato de decisão, mas de um processo, uma ininterrupta cadeia temporal de alternativas sempre novas (LUKÁCS, 2013, p. 71).

No âmbito do trabalho, reiteradamente tornamos, intencionalmente, cadeias causais da natureza em cadeias causais postas, que exigem a escolha entre alternativas, mediante o espelhamento. A alternativa torna-se uma categoria de mediação: “a alternativa, que também é um ato da consciência, é, pois, a categoria mediadora com cuja ajuda o espelhamento da realidade se torna veículo do pôr de um ente” (LUKÁCS, 2013, p. 73). E, quanto mais se desenvolve o trabalho tanto mais aumenta o caráter alternativo da práxis humana, sempre mais decisões alternativas aparecem e são tomadas, possibilitando a conquista dos mundos externo e interno pelo ser social: o primeiro, com o desenvolvimento da ciência; e, o segundo, com o desenvolvimento gradual da autoconsciência humana na arte⁹.

Nomeadamente estamos tratando aqui do comportamento humano, diante de decisões alternativas. Cabe adiantar que a personalidade se conecta diretamente ao caráter de alternativa do trabalho à medida que uma personalidade somente pode explicitar-se, para além do trabalho, nas decisões concretas que tomam os sujeitos ao longo de suas vidas, principalmente no interior da vida cotidiana. Os indivíduos singulares tomam decisões, dentro das alternativas concretas, dadas pelas circunstâncias concretas, na imediaticidade do cotidiano¹⁰. Assim, toda alternativa é sempre uma alternativa concreta em uma situação concreta, tomada por um sujeito também concreto (LUKÁCS, 2013, p. 76). Significa dizer que o sujeito somente pode decidir qual decisão tomar a partir das possibilidades dadas pela realidade, prévia e objetivamente existente.

Nas decisões alternativas temos o “germe ontológico da liberdade”, presente já no íntimo do pôr do trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 77). Não é mero acaso que o caráter alternativo dos pores teleológicos revele essa questão tão vital para o ser social, porque o fenômeno da liberdade também é socialmente determinado¹¹. Na natureza, não há nada que corresponda a esse caráter de liberdade, pois nela não existe qualquer decisão alternativa da consciência, nenhuma finalidade no mundo externo ao social. A liberdade é, portanto, “aquele ato de consciência que dá origem a um novo ser posto por ele” (LUKÁCS, 2013, p. 138). A liberdade na decisão trata-se sempre de uma alternativa

⁹ Essa questão será tratada mais tarde, cabe aqui adiantar que, para Lukács: “O reflexo estético cria, por um lado, reproduções da realidade nas quais o ser em-si da objetividade é transformado em um ser para-nós do mundo representado na individualidade da obra de arte; por outro lado, na eficácia exercida por tais obras, desperta e se ele a autoconsciência humana” (LUKÁCS, 2018a, p. 269).

¹⁰ Lukács designa como principal característica da vida cotidiana a relação imediata entre teoria e prática, isto é, entre o pensamento a ação (LUKÁCS, 1966a).

¹¹ “A liberdade, enquanto característica do homem que vive na sociedade e age socialmente, jamais se encontra sem determinação” (LUKÁCS, 2013, p. 138).

concreta, como dissemos, dentro das possibilidades, não podendo ser jamais a liberdade do arbítrio: “‘*Omnia licent!*’. *Sed non omnia expediunt.* ‘*Omnia licent!*’. *Sed non omnia aedificant*”¹².

Neste aspecto, a liberdade do ser que vive na sociedade fundamenta-se na possibilidade real de escolha alternativa. Não precisamos estender nossa argumentação para compreender que a vida cotidiana está repleta de decisões alternativas, a grande maioria delas de caráter imediato, as quais não temos o conhecimento total das suas relações e consequências, mas que, ainda assim, preservam o caráter alternativo da liberdade (LUKÁCS, 2013, p. 139).

Uma personalidade, portanto, somente pode se explicitar num campo de atuação socialmente determinado, dentro de uma liberdade condicionada às possibilidades deste campo. Veremos que o aumento das forças produtivas desenvolve as capacidades humanas necessárias, dando respostas às demandas da vida em sociedade, ampliando enormemente este campo de atuação. Por enquanto, cabe ressaltar apenas que não se trata da mera liberdade abstrata da consciência humana. Dissemos que o trabalho carece de um conhecimento objetivo para a sua execução, por isso quanto mais adequado for esse conhecimento, maior será a liberdade do sujeito que trabalha sobre o objeto: “tanto maior será o domínio que o sujeito exerce sobre elas [cadeias causais], ou seja, a liberdade que aqui ele pode alcançar” (LUKÁCS, 2013, p. 140).

Vale recordar que a produção de um valor de uso, útil para a manutenção e reprodução da existência humana, é a finalidade do trabalho. Quanto maior o conhecimento acerca das propriedades do objeto, maior será a liberdade de escolha dos materiais e do processo de produzir algo útil. Esse valor de uso não é algo intrínseco ao objeto, mas tem origem em um trabalho concreto¹³; a pedra escolhida como objeto de trabalho, por exemplo, recebeu valor, não por um ato da consciência, mas por uma determinada ação intencional. Além disso, o sujeito teve de se comportar adequadamente, tal comportamento adequado diante do objeto não deixa de ser um *dever-ser*.

Desse modo, “o momento determinante imediato de qualquer ação intencionada que visa à realização deve por isso ser já esse dever-ser, uma vez que qualquer passo em direção à realização é determinado verificando se e como ele favorece a obtenção do fim”.

¹² “‘Todas as coisas são permitidas’. Mas nem todas as coisas são convenientes. ‘Todas as coisas são permitidas’. Mas nem todas as coisas são edificantes” (Coríntios I, 10:23).

¹³ Em *O capital*, Marx diz: “Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso” (MARX, 1996, p. 175).

Há aqui, como salienta Lukács, uma inversão em relação às determinações biológicas, as quais são sempre causais; nelas “o passado que determina o presente”, enquanto, com o pôr do fim posto pelo sujeito, “o fim vem (na consciência) antes da realização”, ele é, portanto, guiado pelo futuro (LUKÁCS, 2013, p. 98). Devemos esclarecer melhor essa questão: para o sujeito que realiza o pôr, sua ação tomada “a partir de um futuro definido é exatamente um agir conduzido pelo dever-ser do fim”. Ou seja, o sujeito precisa se comportar de maneira adequada, agindo sobre as conexões das cadeias causais para obter sucesso no pôr que realiza, surgindo, a partir daí, uma cadeia de alternativas em que qualquer decisão que tenha tomado é determinada pelo fim. Toda decisão alternativa deve ser avaliada com base na finalidade da sua realização, neste sentido, com o pôr teleológico, ocorre um processo de avaliação, mediante o comportamento para a realização do pôr: adequado ou inadequado (LUKÁCS, 2013, p. 99). Relacionado ao problema do dever-ser está a categoria do valor, porque o resultado obtido também pelo trabalho deve ser também avaliado, ou melhor, valorado: “o valor caracteriza o produto final de certo trabalho como provido ou desprovido de valor” (LUKÁCS, 2013, p. 106). Como dissemos, o valor não é uma propriedade do objeto – claro que o valor de uso de determinado objeto está diretamente ligado a suas propriedades materiais –, ele surge após o trabalho útil, salvo em casos extremos como o ar, a terra etc. (LUKÁCS, 2013, p. 107).

O que nos interessa nessa questão é que a gênese ontológica do valor está na produção correta do objeto, “significa a realização concreta do respectivo valor” (LUKÁCS, 2013, p. 111), isto é, o objeto pode ser comprovado objetivamente como algo valioso: “o valor que aparece no processo e que confere a este uma objetividade social é que decide sobre se a alternativa no pôr teleológico e na sua realização foi adequada a ele, isto é, se era correta, valiosa” (LUKÁCS, 2013, p. 112). Os desdobramentos da objetividade do valor e sua forma econômica serão de extrema importância mais tarde, aqui gostaríamos de acentuar as origens do valor no próprio trabalho. Isso nos permite afirmar que a valoração de novas formas de objetividade somente pode emergir desta atividade, sendo decisivo para a compreensão do gênero humano, porque, à medida que cresce a consciência genérica, o gênero se deve tornar um valor para a humanidade.

Encaminhando para o encerramento desta seção, devemos ainda dizer que do trabalho desenvolvem-se as demais novas formas de objetivação do ser social: as formas ideológicas, isto é, as objetivações que não tem mais como objeto a natureza, mas a intenção de influir nas decisões de outros sujeitos. Essas novas formas de objetividade

são resultado da práxis humana: “integra o mundo da realidade como formas novas de objetividade não derivadas da natureza”, sendo radicalmente distintas das formas materiais (LUKÁCS, 2013, p. 69). Constituem novos complexos que se integram novamente com complexos já existentes através dos pores teleológicos dos indivíduos singulares realizados na vida cotidiana que, na totalidade do processo global, resultam em inesperados momentos da realidade social.

Esses novos complexos são o traço mais fundamental do desenvolvimento social, da crescente socialidade humana. A partir desse desenvolvimento, cada vez mais as categorias sociais vão se diferenciando entre si, do trabalho e das atividades no interior da vida cotidiana. Nitidamente estamos aqui nos referindo previamente ao processo de diferenciação dos reflexos da realidade objetiva: a arte, a ciência e o próprio reflexo da vida cotidiana (LUKÁCS, 1966, p. 39), que tomará centralidade na segunda parte deste trabalho. Queremos apenas demonstrar, como fez Lukács, que “esse desdobramento das categorias originais próprias de um grau do ser sempre se dá através de sua crescente diferenciação e, com isso, através de sua crescente autonomização” – ao longo de milhares de anos – “dentro dos respectivos complexos de um tipo de ser” (LUKÁCS, 2013, p 86).

Para nossa exposição, o mais importante desse desenvolvimento é justamente o surgimento da personalidade: a humanidade. Por meio desse processo cria-se a possibilidade do desenvolvimento de qualidades especificamente pessoais. Vimos que, com essa tendência da sociedade em geral da crescente socialidade, aumenta-se também as capacidades, habilidades e necessidades humanas. É dizer: com o desenvolvimento do trabalho e da divisão social do trabalho, tem-se como consequência, o desenvolvimento das forças produtivas, que permite o desenvolvimento gradual capacidades humanas, e essa elevação resulta naquilo que Lukács chamou de personalidade. Contudo, como devemos demonstrar, frequentemente o desenvolvimento das capacidades humanas carrega consigo – e como é possível verificar na história das sociedades humanas – também a possibilidade do rebaixamento da personalidade pelo estranhamento. O que determinada a elevação ou o rebaixamento da personalidade particular é, em termos muito gerais, o modo pelo qual a sociedade produz e reproduz o necessário para manter-se viva.

O tema da reprodução social entra em jogo aqui, pois “o ser social só tem existência em sua reprodução ininterrupta” (LUKÁCS, 2013, p. 201). É muito claro que para se manter vivo, todo ser precisa, antes de qualquer coisa, satisfazer suas necessidades

biológicas. Para todo ser biológico, portanto, a sua reprodução é um processo vital. Mas é somente com o trabalho humano que há a possibilidade de produzir além do necessário para a reprodução meramente biológica do ser que trabalha. A crescente conquista do domínio sobre a natureza, a divisão social do trabalho, “o afastamento da barreira natural”, cria situações, categorias e momentos puramente sociais (LUKÁCS, 2013, p. 160), por exemplo, o intercâmbio de mercadorias, além da especialização de determinados tipos de trabalhos, imprescindíveis para a reprodução social.

Como observado por Marx, a produção de mercadorias pressupõe uma desenvolvida divisão do trabalho, pois “não há troca sem divisão do trabalho, seja esta espontânea e natural [*naturwüchsig*], seja já um resultado histórico” (MARX, 2011a, p. 75). Desde muito cedo, nas tribos, a divisão do trabalho já se fazia presente, em suas primeiras formas (sexo e idade) até a divisão capitalista do trabalho. De toda forma, o desenvolvimento da divisão social do trabalho resulta no desenvolvimento superior das forças produtivas, afastando cada vez mais o ser social da sua condição natural. Isso se dá através da produção do excedente econômico, especialização dos ramos particulares da produção e da liberação de grupos humanos do trabalho imediato, seguindo na direção do desenvolvimento das capacidades, habilidades, isto é, potencialidades humanas adormecidas. Este movimento de individuação cria a possibilidade do surgimento e da explicitação da personalidade humana.

Vimos que no trabalho estão contidas, em germe, as categorias fundamentais do surgimento, do desenvolvimento e da explicitação da personalidade humana: com o nascimento do ser social e sua diferenciação radical perante o ser natural, possibilitada pelo salto. Suas determinações passam a ser crescentemente mais mediadas socialmente. Em resumo, o trabalho, enquanto por teleológico, transforma a causalidade dada pela natureza em causalidade posta, permitindo que o ser humano aja sobre a natureza, produzindo o necessário para si e, conseqüentemente, possibilitando desenvolvimentos ulteriores. Para tal, necessita-se investigar as leis que regem os objetos, bem como os meios de trabalho para a realização dos fins, mediante o espelhamento mais adequado da realidade. Tais desenvolvimentos e aprofundamentos do conhecimento objetivo da realidade aumenta o campo de alternativas nas escolhas dos sujeitos, ampliando cada vez mais a liberdade humana em relação às determinações naturais, desenvolvimento cada vez mais novas formas de objetivação e de interação entre a humanidade. Neste processo, a liberdade do sujeito e as alternativas (sempre concretas) se ampliam, ampliando também

o campo de atuação do sujeito, isto é, cada vez mais o ser humano tem a possibilidade de agir de modo individual, ou melhor, pessoal.

2. Objetivação e alienação: as diferenças entre os dois momentos do processo unitário do trabalho

Nesta seção pretendemos expor as importantes diferenças que ocorrem no interior desse processo unitário que compõe o fundamento da práxis humana, ou seja, as diferenças entre a objetivação do ser social e o ato da *alienação*¹⁴; mais precisamente, dos seus desdobramentos para a constituição da personalidade enquanto expressão da interioridade do sujeito. Lukács separa conceitualmente o ato de *objetivação* (*Vergegenständlichung*) em dois momentos, sempre ressaltando que fazem parte de uma indissolúvel unidade: a objetivação (*Objektivierung*) do objeto e a alienação (*Entäußerung*) do sujeito.

Na seção anterior, vimos que, com o espelhamento da realidade, estabelece-se a separação entre sujeito e objeto; neste sentido, estamos diante da relação fundamental sujeito-objeto. O sujeito passa, então, a reconhecer tanto que o objeto produzido é algo distinto de si quanto que ele próprio é o autor desse objeto.

A expressão do sujeito humano no produto do seu trabalho se dá pelo ato da alienação; e isso marca a relação necessária entre o sujeito que trabalha e o objeto efetivado. Todo ato de objetivação é um ato de alienação do sujeito em seu produto, e, somente através da alienação, o sujeito pode expressar traços da sua individualidade (*individualität*)¹⁵ e, conseqüentemente, da sua personalidade, como escreve Lukács:

¹⁴ No Brasil, há duas traduções relevantes e distintas para o termo *alienação* (*Entäußerung*), que suscitam um intenso debate interpretativo. Destacam-se, nesse contexto, as edições da Editora Boitempo e do Coletivo Veredas, ambas com significativa influência no campo acadêmico brasileiro. Em algumas dessas traduções, notadamente na do Coletivo Veredas, o termo *Entäußerung* é vertido como *exteriorização*, o que acarreta implicações conceituais importantes. Essa opção tradutória pode ser observada, por exemplo, em nota da tradução de Marx (2015), feita por Sérgio Lessa. Aqui utilizamos a tradução da Boitempo pois o nosso contato com as obras de Lukács se deu primeiramente por meio das publicações desta editora.

¹⁵ Aqui devemos ressaltar que esse expressar da individualidade não se reduz ao trabalho, com diz Lukács, em *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*: “A individualidade pode expressar-se tomando posição contra ou a favor da sociedade existente, naquelas lutas que toda sociedade deve enfrentar para impor-se praticamente como fase da generidade e pode fazê-lo tanto em nome do passado como do futuro, com o que estes podem significar também uma transformação paulatina e reformadora do presente, ou sua derrubada revolucionária. Essa escala de conteúdos históricos tão ampla é um dos elementos mais importantes que, ou ajudam o ser humano singular a elevar suas decisões, em territórios e níveis tão heterogêneos para sua personalidade, a uma unidade subjetivo-dinâmica, ou o levam ao fracasso interno nessa busca de unidade, ou, naturalmente, também pode ter como resultado um malogro externo de toda conduta de vida. Isso é apenas um exemplo da série aparentemente ilimitada de possibilidades assim surgidas e operantes” (LUKÁCS, 2010, p. 97-98).

“podemos muitas vezes reconhecer, no próprio trabalho material, começando em tempos muito remotos e vindo até nossos dias, nos simples produtos do trabalho, ‘a mão’ (a personalidade) do seu produtor”. Na linguagem, por conseguinte, tal expressão da personalidade é muito mais perceptível, pois com ela o sujeito pode expressar-se de maneira muito mais diversa: “Torna-se cada vez mais fácil reconhecer as pessoas pela escolha das palavras, pelo seu vocabulário, por suas formulações sintáticas etc., apreendê-las como individualidades, mais do que em estágios anteriores” (LUKÁCS, 2013, p. 424).

Somente a partir da objetivação no tecido social, da materialização dos atos individuais dos sujeitos no mundo externo, é que a alienação, como expressão da interioridade humana, pode efetivamente manifestar-se. A interpretação materialista da personalidade, desenvolvida por Lukács, inviabiliza, diga-se de passagem, qualquer teorização deste tema a partir de uma perspectiva idealista, cuja alienação, e qualquer estranhamento [*Entfremdung*], se funda exclusivamente na consciência, embora a consciência seja imprescindível para qualquer ato de objetivação.

A separação efetuada por Lukács entre objetivação e alienação foi necessária para evidenciar que estes dois momentos unitários desempenham papéis diferentes ao longo do desenvolvimento histórico-social do gênero humano: objetivação e alienação exercem sua predominância em distintos momentos, isto é, ora a objetivação assume o *momento predominante* no desenvolvimento do gênero, ora a alienação desempenha esse papel (LUKÁCS, 2013, p. 424). Para aclarar esse aspecto, atentamos para as palavras de Lukács: “a relação ‘sujeito-objeto’, que em si é unitária e que está na base da unidade daquele ato, ocasiona na objetivação uma mudança do mundo objetivo na direção da sua socialização”, à medida que “a alienação promove o veículo do desenvolvimento do sujeito na mesma direção”. Com a objetivação temos a socialização do mundo dos objetos, responsável pela reprodução material da vida humana, sendo essa socialização do objeto no tecido social muito mais delineada (homogênea) do que a socialização do sujeito, pelo simples fato de que um objeto útil já é, em si e para si, um objeto social, determinado exclusivamente por categorias sociais. Assim, em alusão ao exemplo anteriormente utilizado, pode-se perceber que “a pedra mais rudimentarmente polida da pré-história abandona a mera objetividade natural de modo tão resolutivo quanto a mais complexa das máquinas” (LUKÁCS, 2013, p. 425).

Algo diferente ocorre com a alienação. Nela entra em jogo a problemática do *devir* da generidade humana, da ultrapassagem da mudez do gênero natural. Isso implica que o

gênero humano pode ter existência em si e para si, mas sua realização não está plenamente constituída. Para isso o gênero para si deve se tornar, na consciência humana, algo valioso. Desse modo, na análise de Lukács recém exposta, se liga ao problema recorrente do ser social, o da valoração, pois, conforme já aludimos, um valor somente pode surgir através desse ato unitário (objetivação e alienação). Basta lembrarmos que a avaliação do resultado do trabalho é um processo imprescindível para a práxis humana, em que os objetos se tornam valiosos socialmente, o que ressalta o caráter social dos valores¹⁶.

A diferenças entre objetivação e alienação vão se tornando um pouco mais nítidas, demonstrando que seus efeitos são relevantes para a apreensão da personalidade, pois, enquanto a objetivação expressa a objetividade imediata e materialmente existente dos objetos úteis à reprodução social, a alienação expressa as qualidades subjetivas, individuais, pessoais, do sujeito. Na objetivação temos a subordinação das vontades do sujeito (LUKÁCS, 2013, p. 583), nela realiza-se uma homogeneização do comportamento do sujeito que efetua concretamente as tarefas do trabalho, sem predominância do elemento subjetivo. Assim, a retroação da objetivação na subjetividade resulta nessa homogeneização do comportamento individual. Na alienação, ocorre justamente o oposto, sua retroação sobre o sujeito fundamentalmente cria uma diversificação de comportamentos, a manifestação das vontades subjetivas. É preciso esclarecer essa duplicidade presente nesse ato unitário: enquanto a objetivação tende a gerar uma padronização do comportamento, necessária à realização do trabalho, a alienação, por sua vez, promove uma ampla diversidade de comportamentos. Em outras palavras, é a alienação que possibilita a diversificação das respostas subjetivas dos indivíduos diante de situações concretas.

Diferentemente do que ocorre com a objetivação, os efeitos da alienação sobre o sujeito não permitem a definição de uma média comportamental. Cada indivíduo reage de forma singular quando a alienação incide sobre sua personalidade, por exemplo, “cada trabalhador reage individualmente ao modo como suas alienações retroagem sobre a sua personalidade” (LUKÁCS, 2013, p. 584). A diversidade nas escolhas entre as alternativas concretas, colocadas no campo de atuação, se originam dessa possibilidade de responder de maneira individualizada, ou melhor, podemos dizer, de maneira pessoal. Oldrini define de forma justa que “aquilo que Lukács indica como ‘pessoa’ é o resultado de uma dialética

¹⁶ “O valor que aparece no processo e que confere a este uma objetividade social é que decide sobre se a alternativa no pôr teleológico e na sua realização foi adequada a ele, isto é, se era correta, valiosa” (LUKÁCS, 2013, p. 112).

social que atinge as bases reais da vida do indivíduo e se relaciona com a estrutura econômica, as condições, as relações de classe etc.” (OLDRINI, 2020, p. 80).

Tentamos mostrar, portanto, que objetivação e alienação incidem de maneira distinta no ser social, por um lado, viabilizando a sua reprodução material (criando sempre algo novo a partir da transformação realidade existente), desenvolvendo objetivamente a sociedade, mas que exige a homogeneização dos comportamentos individuais, gerando uma *média* tão real quanto necessária para o agir individual em sociedade; por outro, possibilita, a partir do surgimento da singularidade até a individualidade, múltiplas formas de manifestação dessa individualidade, isto é, do desenvolvimento da personalidade. Veremos a seguir que, quanto mais se desenvolve a sociedade, mais se ampliam as possibilidades de tomadas de decisões pessoais.

3. Socialidade e individuação: o duplo movimento do surgimento personalidade humana

Caminhamos para uma melhor aproximação do que Lukács concebe acerca desse surgimento da personalidade. Vimos que do ser orgânico se desenvolve o ser social, por meio do salto possibilitado pela atividade do trabalho, e, em alguma medida, tecemos algo sobre o processo de tornar-se indivíduo e gênero, realizado pelo ser social. O indivíduo, portanto, não poderia estar localizado fora do processo de socialidade do ser social.

Essa concepção de Lukács, supera energicamente as concepções a-históricas da constituição do indivíduo, se contrapondo principalmente às teorias em que o indivíduo aparece de maneira abstrata, desvinculado do processo social, como é o caso das teorias individualistas do *jusnaturalismo* e da economia política clássica¹⁷, ou, como diz Oldrini: “Lukács prova, com Marx, exatamente o oposto: ou seja, que a individualidade não pode,

¹⁷ Ambas as formas ideológicas do individualismo – inaugurado e difundido pelos autores clássicos como Hobbes (1983), Locke (1994) e Hume (2009), e que influenciaram Smith (1996) e mais tarde Ricardo (1982) –, em linhas gerais, partem da existência do indivíduo anterior ao surgimento da sociedade e do Estado, isto é, de um abstrato *indivíduo isolado*. Para o *jusnaturalismo*, os seres humanos viviam originalmente num estágio pré-social e pré-político, caracterizado pela liberdade e igualdade, denominado estado de natureza. Nesse estado de natureza os sujeitos já eram dotados de razão e desfrutavam de algum tipo de *propriedade privada*. Assim, a propriedade já existe, antes mesmo da socialização dos seres humanos, sendo um direito individual. Na economia política clássica, para um exemplo semelhante, basta recorrer o momento em que Ricardo concebe, já nos “estágios primitivos da sociedade, o arco e as flechas do caçador” possuidores de valores mercantis, portanto, uma propriedade privada dos meios de produção, ou seja, capitais (RICARDO, 1982, p. 33).

de modo algum, ser concebida como um *prius* abstrato, um dado mediato, como um ponto de partida”, menos ainda “como uma forma originária fundamental, de certa maneira antropológica, do ser-homem” (OLDRINI, 2020, p. 78). Por isso, podemos afirmar que o indivíduo, em sua essencialidade, é um ente histórico-social. Seu surgimento só foi possível porque o ser social suprimiu a própria singularidade natural, biológica, não sendo mais um mero exemplar singular, mas que se elevou até a individualidade, com a inter-relação com outros indivíduos em sociedade: é o reconhecido processo de individuação, o qual parte da realidade objetiva, enquanto totalidade, e da própria humanização do ser humano.

Vimos também que, de um lado, a objetivação é a base de toda práxis humana, a qual exigiu determinada homogeneização do comportamento do sujeito; e, por outro, a alienação corresponde a base da subjetividade humana, ou seja, base daquelas qualidades que são específicas do sujeito, as quais agem na direção de uma diversificação do comportamento, impulsionando, desse modo, diferenças comportamentais e pessoais. Nesse processo emerge o que Lukács chamou de “pessoa”: uma expressão concreta do ser social (LUKÁCS, 2013, p. 596).

As raízes e determinações subjetivas se ancoram, com as devidas mediações, no trabalho e na práxis social, pois já na atividade do trabalho estão contidas estas categorias exclusivamente sociais “não há nenhum tipo de subjetividade que não seja social” (LUKÁCS, 2013, p. 588). Quando Lukács diz que “não há nenhum tipo”, demonstra que podemos admitir “tipos” diferentes de subjetividade, ou melhor, formas diferentes de manifestação das determinações mais profundas do ser social, como *a subjetividade particular imediata da vida cotidiana e a subjetividade não mais particular*.

Conceber essa base social para a subjetividade também afasta interpretações psicologizantes da subjetividade¹⁸, como um produto meramente psíquico do interior humano. Basta aqui lembrarmos que a separação entre sujeito e objeto na consciência que, mediante o espelhamento, já consiste em um ato real imprescindível para a vida concreta na sociedade. Assim, também sob esta base, a personalidade pode surgir e explicitar-se, sempre numa situação concreta. Nas palavras de Lukács: “uma personalidade humana só pode surgir, desdobrar e definir-se, num campo de ação histórico-social e concreto e específico” (LUKÁCS, 2013, p. 588). Por isso, temos de voltar nosso olhar para as

¹⁸ Não é preciso ir muito longe para notarmos que “o’ homem da psicologia, ele é, em última análise, o produto de uma abstração”, carente de determinações concretas (LUKÁCS, 2013, p. 438).

possibilidades do explicitar-se concreto da personalidade que o desenvolvimento social permite.

Com o crescente grau da divisão social do trabalho, o indivíduo encontra-se impelido a realizar, no cotidiano, incontáveis atividades heterogêneas, atividades essas que exigem uma síntese de suas capacidades também heterogêneas: “O desenvolvimento das capacidades cria, portanto, o campo de ação real de possibilidades, de atuação real da individualidade” (LUKÁCS, 2013, p. 589). Essa síntese se torna inevitável para o modo de agir do indivíduo singular do cotidiano.

Os atos individuais tendem para uma uniformização no plano imediato, isto é, na vida cotidiana, para responder a demandas heterogêneas, os indivíduos somente podem agir através dos seus pores singulares, por meio de suas capacidades, o que, de certo modo, padroniza o agir nesta esfera da vida. O indivíduo singular forma um dos polos do ser social, da unidade indissolúvel entre singular e universal. Esta é a formação simultaneamente objetiva e subjetiva da personalidade. Mediante a influência concreta de tais sínteses das capacidades, em si multiplamente heterogêneas, a qual segue a tendência da uniformização objetiva de tais respostas, mas que, dentro do campo de atuação individual, continua sempre existindo a possibilidade de que essas respostas sejam dadas por um comportamento pessoal, ou seja, pela explicitação de uma personalidade (LUKÁCS, 2013, p. 589). Anteriormente dissemos que a personalidade se explicita mediante as decisões alternativas tomadas, em sua maioria, de maneira imediata na vida cotidiana, aquilo que Lukács chamou “de personalidade de um homem constitui tal ser-propriadamente-assim de suas decisões alternativas” (LUKÁCS, 2013, p. 285).

Nesse referido processo, portanto, por um lado, tem-se um processo duplo de desenvolvimento da socialidade (universal), com a crescente complexificação das relações e interações humanas, e do indivíduo (singular), em que, através da objetivação, respondemos à necessidade econômica para a nossa reprodução material, “sob pena de ruína”; e que, já no trabalho, devemos tomar decisões cada vez mais independentes de nossa vontade e desejos singulares, operando as legalidades universais deste processo. Essa objetividade das decisões alternativas, não se restringe ao trabalho, mas transborda para a vida cotidiana, fixando, pela experiência, costumes, tradições etc., modos de agir e comportar-se uniformes. O fato que, de outro lado, com a alienação, desenvolve-se o elemento subjetivo, seguindo uma tendência cada vez mais individual para o

desenvolvimento da personalidade, ampliando a diversidade no comportamento humano, havendo sempre muitas nuances entre esses comportamentos.

Fica-nos evidente que, com o crescente processo de socialização e de “afastamento da barreira natural”, postos pelo aumento das forças produtivas, existe a possibilidade de que os indivíduos se desenvolvam como pessoas, e essa base subjetiva – elemento fundamental para o desenvolvimento do gênero humano –, possibilita que o sujeito aja de maneira individualizada, isto é, não mais como uma simples média homogeneizadora, mas como aquele ser que pode dar respostas cada vez mais diversificadas às demandas heterogêneas, porém, obviamente, dentro de um campo de atuação, em determinadas situações concretas. A síntese das capacidades, como dissemos, ao responder as perguntas postas pelo cotidiano, constitui uma síntese singular, o que configura uma síntese pessoal: “A razão disso é que o homem é um ser que responde; a sua individualidade mais ainda”. Lukács completa seu raciocínio reconhecendo que “sem as sínteses pessoais do desenvolvimento das capacidades, sem a formulação de respostas pessoais para as perguntas” seria impossível o surgimento da nossa individualidade (LUKÁCS, 2013, p. 603).

Neste sentido, tais respostas podem ser cada vez mais são centradas no pessoal, ou seja, na personalidade particular. Nesse processo de individuação, a tomada de decisões alternativas é centrada excepcionalmente na personalidade particular, sendo ela parcela mais íntima do sujeito que se realiza através dos pores teleológicos. Assim, podemos verificar que “a personalidade, com toda sua problemática, é uma categoria social” (LUKÁCS, 2013, p. 591).

Como consequência do aumento das forças produtivas, temos também a diferenciação do exemplar puramente singular do gênero. Assim, com a síntese das capacidades, coloca-se a possibilidade da existência de seres privados, ou melhor, de indivíduos, como forma de consciência do gênero em si. Faz-se necessário pontuar, já nesse momento, que “no nível da genericidade em si, é impossível que a personalidade atue senão no modo de uma realidade que se torna efetiva na prática, visando cumprir funções no processo de reprodução social”, à medida que “a genericidade para si é produzida pelo mesmo processo global meramente como possibilidade” (LUKÁCS, 2013, p. 603). Veremos a problemática da ultrapassagem do gênero em si pelo gênero para si na seção seguinte.

4. Gênero e personalidade humana: a ultrapassagem da generidade em si pela generidade para si

O gênero mudo, aquele natural dos animais, como exemplares da sua espécie, jamais toma consciência do seu pertencimento a um gênero específico, como acontece para o ser social. No ato trabalho, enquanto primeira objetivação, “já contém um reconhecimento articulado do pertencimento ao gênero”. À medida que cresce a socialização da sociedade, as determinações do ser social se tornam cada vez mais sociais, “tanto mais claramente vem à tona o caráter não mais mudo da generidade” (LUKÁCS, 2013, p. 426). Mas não podemos esquecer que o desenvolvimento social se dá de maneira desigual e contraditória, por isso, o desenvolvimento do gênero humano está repleto de contraditoriedades, avanços e retrocessos, evidenciando que os diversos estágios do desenvolvimento histórico da sociedade propiciam o desenvolvimento da personalidade.

Marx, em *Ad Feuerbach*, tese VI, nos diz que Feuerbach, por não compreender que a essência humana real “é o conjunto das relações sociais” desemboca em uma apreensão abstrata: “a essência só pode ser apreendida como ‘gênero’, como generidade interna, muda, que liga de modo natural os múltiplos indivíduos” (MARX; ENGELS, 1986, p. 13). O gênero humano não é, portanto, como em Feuerbach, “uma categoria muda, abstratamente geral” (LUKÁCS, 2013, p. 173), porém, ele é um elemento que se torna consciente à medida que se desenvolve a sociedade humana, de maneira paulatina, passando, nos primeiros estágios desse desenvolvimento, pelas tribos até chegar nas formações nacionais, sentindo partes desse gênero. O gênero surge e é intensificado pela constituição do mercado mundial, ocasionando sua entrada par ao cerne das questões importantes para a humanidade (LUKÁCS, 2013, p. 173).

O surgimento da humanidade como gênero humano não mais mudo – a partir do trabalho e de seus desenvolvimentos, da diferenciação em relação a natureza, do processo de crescente de socialização etc. –, é aquele que, por consciência de sua existência, pertence à uma espécie determinada de ser. Neste sentido, o processo de surgimento do gênero humano, e a possibilidade da sua plena realização, assume o caráter especificamente social.

Marx, ao tratar dos antagonismos que se gestam no interior da sociedade burguesa, fala que “essa formação social se encerra a pré-história da sociedade humana” (MARX, 2008, p. 48). Nessa passagem, ele já vislumbrava que somente numa sociedade sem a dominação de uma classe sobre a outra é que se torna possível o desenvolvimento

das potencialidades humanas adormecidas, da plena individualidade humana, isto é, da plena realização do gênero. Nas palavras de Lukács: isso somente “pode chegar a um termo quando os dois polos do ser social, o indivíduo e a sociedade, cessarem de agir de modo espontaneamente antagônicos um sobre o outro” (LUKÁCS, 2013, p. 426), podendo, assim, emergir uma nova generidade, a qual, até o presente momento, apenas se faz presente em seu ser-em-si.

Isso evidencia que a realização da generidade para si é incompatível com o ser humano moldado pelas relações capitalistas — o *homo economicus* da economia burguesa. Sem dúvida, esse individualismo reproduz a realidade imediata do capitalismo, mas, como vimos, trata-se apenas da expressão das relações objetivas e subjetivas próprias a esse estágio particular de desenvolvimento social.

Em íntima conexão com outra tendência do desenvolvimento das forças produtivas e da economia, está o surgimento do gênero propriamente humano. É preciso destacar que, segundo Lukács, conforme já aludimos acima, “o fato fundamental desse processo é a integração econômica da humanidade na forma de mercado mundial”, isso porque é a partir dele que se cria a integração elementar entre toda a humanidade, sob muitas mediações; uma consequência incontornável, sobretudo para a elevação da consciência individual a níveis que jamais se alcançar em uma comunidade onde a troca é limitada. Com esse processo, diz Lukács, “o gênero humano a caminho da sua realização não mais muda em virtude de seu caráter social”, contudo, se analisarmos mais detidamente esse gênero na totalidade, “ele se revela tão mudo quanto aquele do qual se originou” (LUKÁCS, 2013, p. 199). Isto é, a existência do gênero humano não é suficiente para a sua plena realização, sua mudez completa somente pode ser vislumbrada pelas consequências objetivas e subjetivas, que advém do trabalho.

Entretanto, a superação da mudez do gênero não se encontra apenas no trabalho isoladamente. Ela ocorrerá apenas “quando o gênero que deixou de ser mudo não mais só em si”, como no trabalho, “mas alcança também o seu ser-para-si uma consciência que dê seu assentimento à corporificação do gênero humano”, ou seja, também quando o gênero humano se constituir como um valor, algo valoroso para o ser social, tornando se um ser-para-si. Essa valoração somente pode realizar-se numa ação consciente.

Lukács atribui, portanto, acento à consciência humana no processo de superação da mudez do gênero. Quanto maior é a interação humana, quanto mais mediadas e complexas forem as relações humanas, maior será a consciência genérica (LUKÁCS,

2013, p. 200). Neste sentido, o mercado mundial proporciona “a base real para essa unidade” do gênero humano, não sem contraditoriedades (LUKÁCS, 2013, p. 201). Isso porque ele amplia enormemente a interação humana globalmente, proporcionando uma complexa rede de relações sob a base econômica capitalista, que se apresenta cada vez mais integralizada, rompendo com os limites territoriais.

Com a identidade imediata entre a reprodução biológica e a filogenética do ser vivo singular, temos o gênero natural mudo. Porém, o ser social, “em contraposição, mostra como a estrutura básica da polarização de dois complexos dinâmicos que se põe e suprimem no processo de reprodução sempre renovado”: o da simples singularidade (*Einzelheit*) do ser humano e da própria sociedade (LUKÁCS, 2013, p. 202). Nesse duplo processo, do qual falamos anteriormente, o ser social é, ao mesmo tempo, parte da natureza, mas que se suprime (jamais por completo) ao adquirir formas de expressão especificamente sociais, tornando-se igualmente integrante da sociedade. O ser social, portanto, carrega consigo a continuidade da memória do gênero, ou seja, da sua essência biológica e da sua essência humana.

A ideia de continuidade, para Lukács, representa o “fluxo contínuo da reprodução do homem singular e da sociedade”. É dizer que este ser possui uma *substância*¹⁹, a permanência na mudança constante ao longo do seu desenvolvimento. Este aspecto evidencia o caráter de *processualidade* do ser social, da ininterrupta reprodução (LUKÁCS, 2013, p. 206). Na natureza, essa continuidade existe de maneira meramente objetiva, em si, na sua reprodução filogenética; já para o ser social, é uma nova continuidade que exige uma consciência: “a consciência deve se desenvolver continuamente, deve preservar dentro de si o já alcançado, mas de modo tal que, ao mesmo tempo, esteja aberta – na medida do possível – para não barrar os caminhos à continuidade rumo ao futuro” (LUKÁCS, 2013, p. 208).

¹⁹ O resgate filosófico do conceito de substância em Lukács pode ser resumidamente apresentado através da seguinte passagem: “A substância, enquanto princípio ontológico da permanência na mudança, decerto perdeu seu velho sentido de antítese excludente em face do devir, mas obteve uma validade nova e mais profunda, já que o persistente é entendido como aquilo que continua a se manter, a se explicitar, a se renovar nos complexos reais da realidade, na medida em que a continuidade como forma interna do movimento do complexo transforma a persistência abstrato-estática numa persistência concreta no interior do devir. [...] a continuidade na persistência é, enquanto princípio de ser dos complexos em movimento, indício de tendências ontológicas para a historicidade como princípio do próprio ser. Todavia, a eternidade do movimento não basta para determinar a concretude específica da historicidade. Nos termos mais gerais possíveis, este implica não só o simples movimento, mas também e sempre uma determinada direção na mudança, direção que se expressa em transformações qualitativas de determinados complexos, tanto em si quanto na relação com outros complexos” (LUKÁCS, 2012, p. 237-238)

Lukács adverte que é preciso compreender a consciência ontologicamente, isto é, “como momento real do desenvolvimento social” (LUKÁCS, 2013, p. 209), não como algo puramente psicológico ou gnosiológico, ou pior ainda, como algo transcendente, independente da realidade em que o gênero está inserido. Devemos lembrar que todo ato do trabalho é um ato de consciência, deste modo, desde o princípio a consciência já assume um papel importante nesse processo real do desenvolvimento social. Ela desempenha também esse papel na passagem da generidade em si para a generidade para si. O trabalho já configura, em sua essência, uma categoria social. Neste sentido, o sujeito que trabalha já se elevou de ser particular para o ser genérico. Como bem observado por Lukács, o ser-para-si do gênero humano é uma possibilidade latente (*dýnamis*), mas, por apresentar esse caráter, não se realizou plenamente: “a sua nudez totalmente superada até hoje não foi realizada”. Para Lukács, o “fato de o desenvolvimento do gênero humano constituir o processo de explicitação de um existente, mas não um salto de uma forma de ser para outra” implica no fato de que “o salto se dá muito antes, como humanização da humanidade” (LUKÁCS, 2013, p. 207).

O trabalho, portanto, já representa o salto do ser natural, da generidade muda à sua plena realização do gênero para si, porém, somente quando se efetua de maneira conscientemente adequada em objetivações mais elevadas²⁰ do ser e de forma concreta. Temos de adiantar aqui as mais decisivas objetivações mais elevadas são nomeadamente a arte e a ciência. No atual estágio de desenvolvimento em que nos encontramos, elas constituem casos excepcionais, formas momentâneas de aproximação do gênero para si. O gênero para si já está presente desde o primeiro ser humano, mas apenas em condições sociais favoráveis ele poderá se efetivar, condições que se ampliam com o desenvolvimento econômico. De toda forma, não é demais lembrar que tal desenvolvimento é um processo desigual e contraditório.

Lukács nos mostra que a generidade para si também pode se exteriorizar, a princípio, na vida cotidiana, se expressando sob a forma de conflitos entre o indivíduo e a sua generidade em si, predominante nessa esfera da vida social, diz ele: “como insatisfação individual com a generidade em si predominante naquele momento, as vezes

²⁰ O que Lukács chama de “formas ideológicas supremas” (as mesmas que chamamos de objetivações mais elevadas), nada mais são do que formas mais mediadas e mais complexas de objetivação, cuja é tornar mais consciente a generidade para si e, conseqüentemente, a elevação à personalidade humana autêntica. Dizemos tendência, pois elas podem operar em direção contrária, desencadeando, ao invés da superação da particularidade e do enriquecimento da personalidade, o rebaixamento da personalidade, mantendo consciente apenas a generidade em si (LUKÁCS, 2013, p. 621).

também como revolta direta contra ela” (LUKÁCS, 2013, p. 603). Nos interessa aqui é o fato de que na vida cotidiana o que prevalece é a generidade em si. A generidade em si surge, como vimos, do próprio desenvolvimento econômico, possibilitado pelos desdobramentos do trabalho. O indivíduo singular, aquele que vive no cotidiano dando respostas, opera a síntese das suas capacidades pessoais, diversificando cada vez mais tais respostas, dentro do campo de atuação. A generidade para si, enquanto possibilidade, necessita de condições para sua plena explicitação. A elevação da própria particularidade da personalidade já se identifica com este processo de passagem do em si em direção ao para si do gênero humano.

Nos deteremos agora, brevemente, à superação da particularidade da personalidade, a qual corresponde à ultrapassagem do gênero em si pelo gênero para si. Lukács aponta que com a realização de objetivações mais elevadas, poucas palavras: os indivíduos devem agir de maneira intencional rumo à generidade para si. Ele também nos diz que existem “múltiplos fenômenos de transição entre a personalidade particular e a não particular”, contudo, nos limitaremos a trazer aqui um exemplo ilustrativo que contempla também ao tema da tendência da arte na desfetichização da realidade²¹. Recorremos aqui, como foi observado por Engels e Marx²², ao exemplo de Balzac.

Quando o artista [como Balzac] contempla o mundo com os olhos da autêntica individualidade, que engloba uma profunda e enérgica intenção voltada para a generidade para si, para o homem e seu mundo, pode surgir de sua mera existência, na mimese artística, um mundo que combate o estranhamento e um mundo libertado dele, de modo totalmente independente das concepções subjetivo-particulares do próprio artista. (LUKÁCS, 2013, p. 615)

Ou seja, quando o artista, muitas vezes de maneira despretensiosa, e mesmo sem tomar conhecimento disso, através da produção de uma obra, ultrapassa a sua personalidade particular, passa a operar como uma personalidade não mais particular, aproxima-se da generidade para si, que antes apenas existia como possibilidade. Este fato de ultrapassagem da particularidade singular está diretamente ligado à superação da imediatividade da vida cotidiana, assunto para nos ocuparmos mais tarde. Vale aqui dizer que todo “artista possui em si um mundo pessoal que brota espontaneamente de sua

²¹ A “missão” desfetichizadora da arte foi exposta no capítulo 9 da *Estética* de Lukács (1966b), o importante, por ora, é compreendermos esse caráter de desfetichismo como tendência e possibilidade, ou como escreve Santos: No reflexo estético “o decisivo é verificar se os intentos de refletir a realidade orientam-se para a desfetichização ou, pelo contrário, tende a cristalizar, eternizar o fetichizado”. (SANTOS, 2018, p. 271-272).

²² É bastante relevante as observações de Marx e Engels sobre a literatura, não só a de Balzac, mas de diversos escritores importantes. Indicaremos aqui o compilado de Marx e Engels (MARX; ENGELS, 1974), *Sobre literatura e arte*, e a *Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels* (LUKÁCS, 2009b), como leituras elementares.

generidade em si e que ele usa no processo de criação, visando à superação consumada na práxis de sua própria particularidade”, desse modo, ele “enquanto criador, se torna uma personalidade não mais particular”. Este é o exemplo de Balzac, indivíduo que por toda a vida permaneceu simpatizante da monarquia reacionária, mas que conseguiu, por meio de sua obra, capturar criticamente aspectos da sociedade capitalista (LUKÁCS, 2013, p. 616).

Poderíamos multiplicar aqui os exemplos de artistas que superaram sua personalidade particular, mas, por ora, ficaremos apenas este. É nítido que ele foi capaz de se elevar acima de sua personalidade particular. Como mencionamos, todo ato de objetivação é, simultaneamente, um ato de alienação do sujeito. É claro que a obra de Balzac conservou sua subjetividade artística, mas esta não mais como uma subjetividade imediata. Isso nos viabiliza tratar das mudanças que ocorrem no ato unitário da alienação e objetivação. Lukács destaca que nessa objetivação – no caso da arte, para seguir com nosso exemplo – há a predominância objetiva da alienação frente a objetivação, uma alienação do sujeito não mais particular: “Esta, porém – em todos os casos de êxito autêntico –, não é simplesmente uma objetivação, mas, inseparável dela, simultaneamente uma alienação do sujeito não mais particular” (LUKÁCS, 2013, p. 620).

Eis aqui um ponto fundamental, dissemos que no trabalho o fator subjetivo, ainda que presente em todos os casos, segue a tendência de desaparecer, como a supressão dos instintos, emoções e sentimentos, tão necessária para o sucesso objetivo do trabalho. Em contraste com essas “objetivações [*Objektivierungen*] da generidade em si,” do sujeito não particular, temos “uma forma elevada da subjetividade puramente dissolvida na objetivação [*Objektivation*], embora ou justamente porque a intenção do pôr estivesse direcionada exatamente para a eliminação da subjetividade” particular (Lukács, 2013, p. 620).

O desenvolvimento das forças produtivas, simultâneo ao desenvolvimento das capacidades humanas, contém a premissa básica para a passagem do “reino da necessidade”, isto é, da redução do tempo de trabalho socialmente necessário²³, para a

²³ Pouco temos a acrescentar, neste momento, sobre a concepção de Marx acerca dos reinos da necessidade e da liberdade que não esteja no trecho que reproduzimos aqui, de O capital, Livro III: “A riqueza real da sociedade e a possibilidade de constante expansão de seu processo de produção não depende, portanto, da duração do mais-trabalho, mas de sua produtividade e das condições mais ou menos ricas de produção em que ela transcorre. O reino da liberdade só começa, de fato, onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; portanto, pela própria natureza da questão, isso transcende a esfera da produção material propriamente dita. Assim como o selvagem tem de lutar com a Natureza para satisfazer suas necessidades, para manter e reproduzir sua vida, assim também o civilizado

elevar enormemente as objetivações do ser social, as quais operam ultrapassagem consciente do gênero em si para o gênero para si. Ou seja, somente em determinadas condições do desenvolvimento social é que o gênero autenticamente para si pode se realizar. Encontramos, portanto, muitos obstáculos para essa realização do gênero para si (como os estranhamentos), sendo que, até o presente momento histórico, tal realização existe apenas como possibilidade e, em momentâneas situações, o gênero em si se aproxima da realização do gênero para si,

Considerações finais

A elaboração de uma teoria da personalidade em György Lukács, conforme desenvolvida ao longo deste trabalho, parte de uma ontologia materialista do ser social para compreender a subjetividade humana como resultado histórico e social, e não como uma essência natural ou psicologicamente dada. O trabalho, enquanto categoria fundante da ontologia do ser social, é identificado como o ponto de partida para o surgimento da individualidade e da personalidade genuinamente humanas. A partir dele, o ser humano transforma sua relação com a natureza, desenvolve a linguagem, a consciência, e estabelece as condições para escolhas alternativas — base para a liberdade e a responsabilidade pessoais.

A articulação entre objetivação e alienação, momentos inseparáveis do processo de trabalho, revela que a personalidade humana emerge do entrelaçamento entre as exigências da reprodução social e a possibilidade de expressão subjetiva. A socialidade e a individuação são, portanto, processos simultâneos e dialéticos, nos quais se forma o indivíduo concreto, historicamente situado. Assim, a personalidade se configura como categoria social, marcada pela inserção ativa do sujeito no mundo, pelas alternativas concretas diante da vida cotidiana e pela capacidade de responder de forma singular às

tem de fazê-lo, e tem de fazê-lo em todas as formas de sociedade e sob todos os modos de produção possíveis. Com seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, pois se ampliam as necessidades; mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas, que as satisfazem. Nesse terreno, a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a Natureza, trazendo-o para seu controle comunitário, em vez de serem dominados por ele como se fora por uma força cega; que o façam com o mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana. Mas este sempre continua a ser um reino da necessidade. Além dele é que começa o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer sobre aquele reino da necessidade como sua base. A redução da jornada de trabalho é a condição fundamental” (MARX, 1986, p. 273).

exigências sociais. Lukács oferece, dessa maneira, uma poderosa chave interpretativa para pensar a subjetividade como produto e produtora da história.

As reflexões que apresentamos sobre as categorias fundamentais do ser social não têm a pretensão de esgotar a complexa argumentação de Lukács, o que impossível abordar com a devida profundidade toda a riqueza de sua obra, que aqui nos serve como base. Nosso objetivo foi indicar que é apenas com o surgimento do ser social que se torna viável a constituição do indivíduo singular e, a partir dele, a formação do sujeito enquanto personalidade – ainda que, num primeiro momento, como uma possibilidade latente –, abrindo caminho para a explicitação da personalidade genuinamente humana.

Referências Bibliográficas

COSTA, G. M. da. *Indivíduo e sociedade: sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács*. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

COSTA, G. M. da. Lukács e a subjetividade. *Revista de Trabajo Social*, Tandil, año 8, n. 13, jul. 2015.

ENGELS, F. *A dialética da natureza*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).

HUME, D. *Tratado da natureza humana*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

LAZCANO, A. *Historical development of origins research*. Cold Spring Harbor Perspectives in Biology, New York: Cold Spring Harbor Laboratory Press, 2010.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre governo e outros escritos*. Petrópolis: Vozes, 1994.

LUKÁCS, G. *Estética I. La peculiaridad de lo ético*. 1. Cuestiones preliminares y de principio. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1966a.

LUKÁCS, G. *Estética I. La peculiaridad de lo ético*. 2. Problemas de la mimesis. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1966b.

- LUKÁCS, G. Estetica I. La peculiaridad de lo ético. 3. Categorías psicológicas y filosóficas básicas de lo estético. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1967a.
- LUKÁCS, G. Estetica I. La peculiaridad de lo ético. 4. Cuestiones liminares de lo estético. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1967b.
- LUKÁCS, G. Cartas sobre o stalinismo. São Paulo: Temas 1, 1977.
- LUKÁCS, G. O jovem Marx e os escritos. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009a.
- LUKÁCS, G. Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009b.
- LUKÁCS, G. Prolegômenos para uma ontologia do ser social. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- LUKÁCS, G. Meu caminho para Marx. Verinotio – Revista de Filosofia e Ciências Humanas, n. 12, p. 13–20, 2010b.
- LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social I. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, G. Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria estética. 1. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2018a.
- LUKÁCS, G. O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista. São Paulo: Boitempo, 2018b.
- MARTINS, M. V. Marx, Espinosa e Darwin: pensadores da imanência. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I, tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro III, tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. Grundrisse. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, K. A sagrada família. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, K. Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. Sobre literatura e arte. 4. ed. Lisboa: Estampa, 1974.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã (Feuerbach). 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

OLDINI, G. Lukács e o caminho marxista ao conceito de “pessoa”. In: JIMENEZ, S.; ALCÂNTARA, N. (orgs.). Anuário Lukács. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

OPARIN, A. I. Proiskhozhdenie zhizny. Tradução de Ann Synge. Moscow: Izd. Moskovhii Rabochiĭ, 1924. Disponível em: <https://www.valencia.edu/~orilife/textos/The%20Origin%20of%20Life.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SANTOS, D. Estética em Lukács: a criação de um mundo para chamar de seu. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

SILVEIRA, P.; DORAY, B. (orgs.). Elementos para uma teoria marxista da subjetividade. São Paulo: Vértice, 1989.

SMITH, A. A riqueza das nações. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

TERTULIAN, N. Marx: uma filosofia da subjetividade. Outubro, São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, n. 10, 2004.